



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0019716-18.2010.8.26.0566 - 2010/000835**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de: **IP - 311/2010 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Origem:
 Réu: **Alompeterston Silva Lima**
 Data da Audiência: **06/03/2018**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **ALOMPETERSON SILVA LIMA**, realizada no dia 06 de março de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a vítima **ALÉCIO CARLOS ESCUDEIRO**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). As partes desistiram das demais oitivas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **ALOMPETERSON SILVA LIMA** pela prática de crime de roubo. Instruído o feito, requeiro a improcedência. Apesar dos Policiais Militares, ouvidos anteriormente a esta audiência terem dito que viram, após o roubo, o acusado na garupa da moto roubada, juntamente com outros dois, um como piloto do veículo e outro indivíduo ao lado da motocicleta, não há como imputar ao réu a autoria delitiva até porque a vítima não o reconheceu como autor do assalto, bem como disse que o crime foi praticado por uma só pessoa. Deve-se verificar que não era, na versão dos policiais, o réu o piloto da motocicleta, que foi recuperada. Assim, não há prova suficiente de autoria, razão pela qual requeiro a absolvição do acusado. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Reitero os termos da judiciosa manifestação do nobre Promotor de Justiça, requerendo a absolvição do acusado. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. Alompeterston Silva Lima**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 157, §2º, I e II, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a improcedência, no que foi seguido pela defesa. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos pelo Ministério Público e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. **Expeça-se alvará de soltura.** Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **ALOMPETERSON SILVA LIMA** da imputação de ter violado o disposto no artigo 157, §2º, I e II, do Código Penal, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: